

## Desembargador Osny Duarte Pereira: Uma Visão Ambiental e Nacionalista do Brasil

“As florestas devem ser exploradas, com o ânimo de quem retira o fruto de uma árvore e não com o espírito de quem arranca uma árvore para colher o fruto.”  
Osny Duarte Pereira

Fábio dos Santos Teixeira  
Serviço de Pesquisa Histórica – Divisão de Gestão da Comunicação  
Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Neste ano, em que se comemora o centenário de nascimento do desembargador Osny Duarte Pereira, surge uma preciosa oportunidade de se resgatar parte da história de vida desse notável patriota, que lutou em prol da liberdade, da proteção ambiental e de um projeto nacionalista com justiça social e desenvolvimento econômico.

Nascido em 5 de julho de 1912, na cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, Osny Duarte Pereira bacharelou-se, em 1933, pela então Faculdade de Direito do Paraná, tendo sido eleito o primeiro presidente do centro acadêmico daquela instituição. Ainda na década de 30, atuou como promotor público nas comarcas de Antonina e Rio Negro, no Paraná, e nas comarcas de Laguna e Cruzeiro, no seu estado natal.

Em 1940, foi convidado a assumir, na Capital da República, a direção da *Revista de Direito*, fundada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Antônio Bento de Faria. Tornou-se também articulista do renomado periódico, exercendo, concomitantemente, a advocacia. Aprovado em concurso público para ingresso na magistratura do Distrito Federal, foi nomeado, em 1946, para o cargo de 16º juiz substituto. Promovido, por antiguidade, a juiz de direito em 1951, veio a ser, sucessivamente, titular da 18ª Vara Criminal e da 18ª Vara Cível. Em 1963, foi designado juiz substituto de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

Publicou, em 1950, uma obra pioneira do Direito Ambiental, que teve grande repercussão no país. Neste livro, intitulado *Direito Florestal Brasileiro*, Osny Duarte realiza um estudo de direito comparado, da evolução histórica do direito ambiental pátrio, da responsabilidade civil e penal ambiental e dos órgãos e instituições responsáveis pela proteção das florestas. Em 1953, foi convidado a integrar, como assistente jurídico, a Missão Florestal da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que realizava, a pedido do governo, um plano de aproveitamento das florestas da Amazônia. Na VIII Exposição Nacional Florestal (1958), proferiu a conferência *Relações dos Problemas Ambientais com a Reforma Agrária*, na qual denunciou o ritmo acelerado de devastação das nossas florestas e postulou a adoção de medidas ambientais protetivas, punitivas e educativas. Defendeu ainda a realização de uma reforma agrária que pusesse fim aos latifúndios, reservando ao Estado a propriedade das florestas, a fim de que fosse assegurada a vegetação protetora dos mananciais, do clima e da fertilidade da terra, assim como a extração criteriosa de madeiras, sendo o restante das grandes propriedades rurais distribuído entre os camponeses.

O prestígio adquirido como conhecedor da legislação, da doutrina e dos problemas ambientais contribuiu para a sua designação, pelo ministro da Agricultura, em 1961, para presidir o grupo de trabalho encarregado da elaboração do anteprojeto de um novo Código Florestal, tendo em vista que o de 1934 necessitava ser modificado e readaptado, a fim de se adequar à legislação vigente e à política florestal do governo. As atividades do grupo resultaram no Projeto de Lei nº 4.494/1962, ao qual foi posteriormente apresentado um substitutivo, que aproveitava parte significativa do texto original. Tratava-se do Projeto de Lei nº 2.874/1965, que, modificado e aprovado, converteu-se na Lei nº 4.771, de 15 de setembro do referido ano, que instituiu novo Código Florestal, cuja vigência perdurou até a sua revogação pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Osny Duarte Pereira notabilizou-se também como respeitado representante de um projeto “nacional-desenvolvimentista” para o Brasil, lecionando Ciência Política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e escrevendo artigos e livros sobre a referida temática. Foi secretário, vice-presidente e, mais tarde, presidente da Associação Brasileira de Juristas Democratas. Exerceu, ainda, o cargo de secretário para a América Latina da Associação Internacional de Juristas Democratas. Participou da fundação da *Revista de Direito Contemporâneo*, que veio a secretariar, e presidiu associações em defesa de perseguidos políticos estrangeiros.

Em virtude da deposição do presidente João Goulart, em 1964, e da consequente implantação da ditadura militar no Brasil, tornou-se uma das primeiras vítimas da repressão, sobretudo por sua inequívoca postura nacionalista, reformista e democrata. Com base no Ato Institucional de 9 de abril do referido ano, teve os seus direitos políticos cassados por dez anos, o que levou o governador do Estado da Guanabara a colocá-lo em disponibilidade por igual prazo.

Reintegrado à magistratura, foi promovido por antiguidade, em 1979, a desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Aposentou-se, a pedido, em 1982. Em depoimento concedido ao Programa de História Oral e Visual do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em 2000, o notável magistrado assim sintetizou a sua trajetória no Poder Judiciário: “Entre para o Tribunal de Justiça com a recomendação de vários ministros do Supremo Tribunal e saí com o Colar do Mérito Judiciário, por serviços prestados”.

Em 1988, recebeu da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o título de benemérito desta unidade federativa.

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), participou ativamente de audiências públicas, como conferencista, e prestou auxílio a parlamentares, sempre mantendo a sua coerência na defesa dos interesses nacionais. Em 1989, foi eleito pela Câmara dos Deputados membro suplente do Conselho da República.

Além de sua célebre obra *Direito Florestal Brasileiro*, escreveu mais de vinte livros, dentre os quais se destacam: *Juízes brasileiros atrás da cortina de ferro* (1952, 2ª ed.); *Desnacionalização da Amazônia* (1954); *Estudos nacionalistas* (1960); *Quem faz as leis no Brasil* (1962); *Que é a Constituição?* (1964); *Nova república: constituição nova* (1985); e *Constituinte: anteprojeto da comissão Afonso Arinos* (1987).

Em 23 de outubro de 2000, na cidade do Rio de Janeiro, faleceu o ilustre brasileiro, calando-se a voz de um grande defensor dos direitos humanos, da soberania nacional, do povo e dos recursos naturais da sua pátria.